

A OPINIÃO DE FHC

Em um significativo evento na Maison de France, no dia 14/10/2016, organizado por O Globo e patrocinado pela CNC, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso discorreu sobre a situação política atual, no mundo e no Brasil.

Em princípio, disse ele que no mundo de hoje, em todas as sociedades, continua havendo um embate entre duas forças divergentes, o socialismo e o capitalismo, a prevalência do Estado versus o mercado.

No Brasil, a organização política é confusa e carece de uma reforma estrutural, de profundidade. No regime atual, caracterizado pelo Presidencialismo de coalizão, o Executivo vive em permanente barganha com o Congresso Nacional, onde cada grupo político mais se preocupa em apropriar-se de uma fatia maior do Orçamento. É um sistema que configura um corporativismo desfigurado.

Todos acreditam que, no fundo, o ideal é a democracia. Mas a democracia tem um custo. Como financiar? É esse financiamento que, no sistema desfigurado, alimenta as distorções e leva à corrupção sistêmica. Por trás de tudo isto, ainda cabe reconhecer que o grande risco moral do Brasil, hoje, é o crime organizado. E isso não é só no Brasil, mas em muitos outros países, como é o caso da França, principalmente. Cabe ao Poder Executivo elaborar uma agenda, com propostas viáveis para restabelecer a ordem.

Na minha opinião, disse Fernando Henrique, o Brasil tem que optar claramente por uma economia de

mercado. É do mercado e não do Estado que vão surgir as soluções. São forças divergentes. Temos que fazer a escolha.

Cabe ao Chefe do Executivo apresentar aos políticos e à sociedade uma pauta de reformas, para criar um clima de confiança, que dê sustentação a esse trabalho.

A SELIC DO BANCO CENTRAL

Em sua reunião de 19/10, o Banco Central/COPOM reduziu a taxa SELIC de 14,25% para 14,0%, praticamente o nível extremamente alto que vem mantendo desde 30/7/2015.

Essa redução negligível não terá o menor efeito no controle da inflação, nem tampouco sobre as atividades econômicas. Com boa vontade, o mercado tenta interpretar essa decisão do Banco Central como um discreto movimento no sentido de destravar o volume de crédito e criar alguma expectativa positiva para as atividades econômicas, a partir de 2017.

O melhor argumento do Banco Central vai no sentido de que “quanto mais rápido cair a inflação, mas rápida será a redução da SELIC (!?).

Em verdade, a política monetária do Banco Central continua sendo um dos maiores obstáculos ao equilíbrio fiscal, face ao seu peso sobre o déficit nominal e a dívida pública, assim como sobre a retomada do consumo e investimentos.

Ou seja, o Banco Central continua atuando na contramão da política econômica do Governo.

INFLAÇÃO X JUROS ALTOS

“O modelo Sistema de Metas, segundo o qual se a inflação está alta, você sobe os juros, é uma teoria que foi desacreditada. É preciso saber qual é a fonte da inflação. Se for excesso de demanda, aí você sobe juros, porque tem de moderar a demanda. Mas se for um impulso dos custos, você tem de ser cuidadoso. Nesse caso, a forma pela qual a alta dos juros reduz a inflação é matando a economia. Se você conseguir desemprego o suficiente, os salários serão deprimidos e você segura a inflação. Mas isso é matar a economia. Não é bom ter inflação em disparada, mas também não é bom matar a economia. E eu acho que eles (o BC brasileiro) perderam esse equilíbrio.”

(Joseph Stiglitz – O Estado de São Paulo – 20/1/2016)

CARICATURA DO JUDICIÁRIO

(Luiz Fux – O Estado de São Paulo – 16/10/2016)

“Nós temos uma litigiosidade desenfreada. De cada dois cidadãos, um litiga. São 200 milhões de brasileiros e 100 milhões de ações. É inacreditável. No sistema brasileiro, o Judiciário não pode negar justiça, em qualquer provocação ele deve se manifestar. Essa é a razão pela qual o Supremo tem 70 mil casos para julgar, e a Suprema Corte americana tem 70. O Superior Tribunal de Justiça tem 263 mil processos para julgar, e o Terceiro Senado Alemão, que é equiparável ao STJ, tem 3 mil.”

A PEC Nº 241

Os economistas da CNC e de seu Conselho Técnico, assim como os da APEC, acreditam que a PEC nº 241 tem um defeito perigoso, qual seja o de atrelar o valor dos gastos públicos à inflação do ano anterior. Mas, ninguém duvida que a PEC nº 241 seja

extremamente importante para dar início a um programa de estabilidade fiscal. O que se questiona é que o sistema de indexação poderá comprometer o programa e manter a inflação fora de controle. Ainda mais com o Banco Central jogando contra os objetivos do Ministério da Fazenda e do Governo.

Outro erro óbvio foi mencionar prazos muito longos para o Programa, como 20 anos. Desnecessariamente.

É possível que a contenção das despesas, como sugerida, não vai ajudar a sair da crise, a curto prazo. Mas certamente vai impedir o caos desenhado no setor fiscal e abrir caminho para algum crescimento econômico, em um prazo razoável de três ou cinco anos.

Por tudo isso, é preciso abrir um crédito para o Governo Temer e aceitar a PEC nº 241 como um primeiro passo na direção certa, para criar expectativas positivas, como a valorização de 42,5% do índice Bovespa, em 2016, até meados de outubro.

Segundo Delfim Netto (Valor – 25/10/2016),

“Boa parte das críticas à PEC 241 confirma como é difícil fazer prevalecer o razoável contra o poder gigantesco que adquiriram as corporações organizadas. Uma delas chegou a afirmar que se põe um risco à própria democracia, pois cassaria os direitos do Legislativo e ameaçaria a "independência" do Judiciário e do Ministério Público, um claro exagero.

Ao contrário, pela primeira vez em 30 anos, o Legislativo terá de cumprir o seu papel fundamental: escolher as prioridades de um Orçamento construído a partir da melhor estimativa de receita possível e fiscalizar a sua execução.”

O FREIO DE MÃO PUXADO

Já foi dito antes que os dois piores entraves ao desenvolvimento econômico nacional são a extravagante carga tributária e a irritante burocracia oficial, irmãs siamesas do atraso.

Em complemento aos nossos comentários nas SÍNTESES anteriores, temos hoje um novo retrato ampliado dessa burocracia, publicado no D.O.U. de 22/7/2016. Trata-se da Portaria nº 98, de 21/7/2016, da Secretaria Especial de Comunicação Social, que aprovou o **Manual de Procedimento das Ações de Publicidade**. O Manual estabelece 16 procedimentos administrativos e de regulação, através de 318 dispositivos e ainda contém um Anexo com 10 capítulos.

Dá para imaginar quantos funcionários foram mobilizados para executar essas tarefas e quantas centenas mais integraram o quadro da Secretaria.

Em matéria de desenvolvimento, produtividade e competitividade, a burocracia oficial funciona como um veículo com “freio de mão puxado”.

ATIVIDADES ECONÔMICAS

Havia, e ainda há até certo ponto, grande expectativa de que a economia fosse mostrar sinais de aceleração, ainda no curto prazo. Infelizmente os analistas estão tendo de rever seus modelos e planilhas.

As expectativas dos setores da economia evoluíram positivamente em setembro: +2,1% foi o aumento na confiança da indústria, mostrada pela CNI, +1,0% foi o aumento na confiança do comércio, medida pela CNC, +4,1% foi o aumento na intenção de consumo das famílias, apontada também pela CNC.

Melhoram as perspectivas de curto prazo, mas a situação corrente é que empresas estão com dificuldades de pagar suas dívidas: aumentou 5,1% a inadimplências das pessoas jurídicas até o terceiro trimestre, comparativamente ao mesmo período do ano passado. Os pedidos de recuperação até setembro já são 62% maiores do que no ano passado.

A realidade revela que não há indícios de recuperação da atividade econômica nos próximos meses.

PIB e Investimentos

As projeções para o PIB em 2016 voltaram a ficar mais pessimistas em outubro, e agora indicam queda de 3,22%, ante os -3,19% anteriores.

O desempenho ruim do comércio, dos serviços, da indústria, bem como as quedas no índice de atividade do Banco Central (-0,91% em agosto, -5,0% no ano) reforçam a ideia de que qualquer possível crescimento do PIB só ocorrerá em 2017.

Pelo menos o Copom iniciou o ciclo de corte nas taxas de juros (a Selic baixou 0,25 p.p, para 14,25%). É importante frisar, porém, que o tempo entre a mudança na taxa e o impacto efetivo na atividade da economia varia entre seis e nove meses. Vamos aguardar.

O setor de telecomunicações no país deve reduzir 12,5% os investimentos este ano, segundo a Associação da Indústria Eletroeletrônica (Abinee).

Indústria

De acordo com a CNI, a produção industrial voltou a cair em setembro. O indicador ficou em 45,8 pontos (na zona negativa, abaixo dos 50 pontos). Segundo a entidade, a queda na produção foi menos intensa do que em

agosto, mas o ritmo ainda supera o dos anos anteriores. A CNI informou também que espera crescimento da atividade da indústria apenas em 2018.

A indústria automobilística no Brasil funciona com capacidade ociosa, a mais alta dos últimos 25 anos. O País tem hoje 41 fábricas capazes de produzir 5 milhões de veículos, sendo a melhor das hipóteses uma produção de 2,2 milhões, 50% da capacidade instalada.

Estudo da McKinsey indica que seria necessário crescimento de 10% do mercado automotivo, durante 5 anos, para as fábricas funcionarem com 80% da capacidade instalada. O setor responde por 4% do PIB brasileiro.

Comércio

Em virtude da inflação pressionada, juros elevados e desemprego em alta, o comércio seguiu em retração em agosto.

O volume de vendas do varejo caiu 0,6% em agosto, como mostrou o IBGE. No comércio ampliado (com material de construção e veículos), a queda foi maior, -2%, acumulando em 12 meses -6,7%.

Segundo a pesquisa ICEC da CNC, em outubro, mais de 1/3 dos comerciantes consultados (31,1%) consideram os estoques acima do adequado nesse início de trimestre, o principal para o varejo. As vendas neste Natal devem encolher 3,5% em relação ao Natal passado.

Além do varejo, o setor de serviços também encolheu em agosto (-1,6%), com queda no volume de receitas de todos os grupos apontados pelo IBGE. Infelizmente os serviços de transporte, mais associados a atividade econômica, tiveram a maior contribuição negativa.

Agricultura

As adversidades climáticas em algumas regiões de produção de cana no Centro-Sul do País podem provocar uma quebra de safra na próxima temporada.

A Argentina recuperou seu tradicional protagonismo no fornecimento de trigo ao Brasil.

Mercado de Trabalho

Um novo indicador divulgado pelo IBGE aponta que falta trabalho para 13,6% das pessoas em idade produtiva no Brasil, o correspondente a 22,7 milhões de pessoas. De acordo com o novo indicador, o quadro do mercado de trabalho é bem pior do que aquele mostrado até agora pela PNAD Contínua.

Após um pequeno recuo em 2015, o setor de Turismo voltou a empregar e fechou o primeiro semestre do ano com 283 mil vagas, quase 300 postos de trabalhos formais a mais do que em 31 de dezembro de 2015.

Sistema Financeiro

O saldo total de operações de crédito do sistema financeiro atingiu R\$3,110 bilhões em setembro, queda de 1,7% em 12 meses. A carteira de pessoas jurídicas foi a que teve maior queda no mês, segundo o Banco Central.

A inadimplência aumentou 5,9%, a maior taxa registrada pelo BACEN desde março de 2011.

Os desembolsos do BNDES caíram alarmantes 34% em relação a setembro de 2015. O volume de dinheiro emprestado pelo Banco continua bem abaixo do ritmo dos últimos anos.

Outro naufrágio se vê nas aplicações de não residentes em ações de companhias brasileiras: -40% (R\$ 6,52 bilhões) em todo ano passado, o pior

resultado desde 2012, último ano em que houve aporte (R\$ 5,6 bilhões).

Inflação

O Copom baixou os juros básicos da economia pela primeira vez em quatro anos. A redução foi pequena (0,25 ponto percentual) de 14,25% ao ano para 14%. É o início de um ciclo de queda da Selic.

O IPCA-15 perdeu força de setembro para outubro, ao passar de 0,23% para 0,19%. O grupo de alimentação e bebida foi o que mais contribuiu para a queda do índice, com deflação de 0,25%.

O IGP-M registrou retração de 1,01% na primeira prévia de outubro. No mesmo período de apuração do mês anterior, a taxa foi 0,38%.

A Petrobrás reduziu o preço da gasolina em 3,2% e do diesel em 2,7%. Os reajustes são reflexos da nova política de preços aprovada pela empresa. É a primeira vez que há redução nos preços destes produtos desde 2009.

Setor Público

O Congresso aprovou a PEC do Teto e, de acordo com o texto, os cortes para 2017 já devem ser da ordem de R\$14 bilhões. O orçamento do próximo ano prevê receita líquida de R\$ 1,177 trilhão, e despesa de R\$ 1,316 trilhão, o que representa déficit de R\$ 139 bilhões nas contas públicas.

O Tesouro Nacional divulgou que a dívida pública líquida da União superou R\$ 3 trilhões. O estoque cresceu 3,1% entre agosto e setembro, e a despesa com juros foi de R\$ 29,8 bilhões.

Nos cálculos da Divisão Econômica da CNC, o corte de 0,25 pontos na Selic representará uma

economia de R\$ 4,7 bilhões aos cofres públicos nos próximos 12 meses.

A arrecadação federal teve queda nominal segundo a Receita Federal, mesmo com a repatriação de ativos mantidos no exterior de cerca de R\$ 1,7 bilhões.

O Governo já cortou 3,29 mil cargos comissionados, o equivalente a 76% do previsto para o ano, conforme a meta estabelecida pelo Ministério do Planejamento. Essa redução com pessoal deve economizar R\$ 176 milhões por ano na folha de pagamentos do Governo.

Setor Externo

As contas externas do Brasil registraram déficit de US\$ 465 milhões, o menor para o mês de setembro desde 2007. O resultado da balança comercial (Superávit de US\$ 3,60 bilhões) contribuiu para o déficit menor.

Os investimentos diretos no País somaram US\$ 5,23 bilhões, o pior resultado para o mês desde 2013. Em relação ao mesmo mês de 2015, houve queda de 13,1%.

A entrada de dólares no Brasil superou a retirada de recursos em US\$1,15 bilhão, na parcial de outubro. No acumulado deste ano, porém, foram registradas mais saídas do que entradas. Neste período, US\$ 14,6 bilhões deixaram o Brasil.

Em virtude do fluxo de recursos trazidos pela lei de repatriação e por notícias positivas sobre a tendência da economia brasileira, o dólar comercial chegou a R\$ 3,121 na última semana de outubro, o menor patamar em dois meses.

No cenário internacional, a China está produzindo mais insumos para as fábricas do país e, com isso, provocando uma mudança na dinâmica do comércio

global, à medida que reduz suas importações.

O crescimento da economia chinesa foi de 6,7% no terceiro trimestre. A taxa é idêntica à que foi registrada no início deste ano e confirma que na comparação histórica a atividade no país está desacelerando.

A Arábia Saudita emitiu US\$17,5 bilhões em títulos da dívida, a maior emissão de bônus de um país emergente. É o exemplo mais recente de um Estado do Golfo Pérsico se voltando aos mercados internacionais para compensar a redução das receitas oriundas do petróleo.